



Revista Educação Especial

ISSN: 1808-270X

ISSN: 1984-686X

revistaeducacaoespecial.ufsm@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria

Brasil

Mainieri, Claudia Mara Padilha; Camargo, Isabela Jordão
de; Santos, Israel Bispo dos; Guarinello, Ana Cristina
Análise das postagens em torno de surdez e educação realizadas na
plataforma Youtube®, durante o período de pandemia decorrente da COVID-19
Revista Educação Especial, vol. 35, 2022, Enero-Diciembre, pp. 1-23
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X68357>

Disponibile en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313169978030>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Análise das postagens em torno de surdez e educação realizadas na plataforma Youtube®, durante o período de pandemia decorrente da COVID-19

Analysis of posts around deafness and education made on the Youtube® platform, during the period of pandemic resulting from COVID-19

Análisis de publicaciones sobre sordera realizadas en la plataforma Youtube®, durante el período de pandemia por COVID-19

Claudia Mara Padilha Mainieri

Graduada pela Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

E-mail: claudia.mainieri@escola.pr.gov.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7322-6022>

Isabela Jordão de Camargo

Mestranda da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

E-mail: isabelajordao_100@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7500-4263>

Israel Bispo dos Santos

Doutor pela Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

E-mail: israelbbispo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9346-5664>

Ana Cristina Guarinello

Doutora pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

E-mail: acguarinello@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6954-8811>

Recebido em 06 de novembro de 2021

Aprovado em 19 de julho de 2022

Publicado em 23 de agosto de 2022

RESUMO

O COVID-19 provocou o distanciamento social em caráter de urgência o que fez com que a *internet*, tornasse-se um espaço de possibilidades de informação e interação. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar as postagens de vídeos em torno da surdez, educação e pandemia, no que se refere às dificuldades enfrentadas e as tendências que surgiram nesta área a partir deste período. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo e quantitativo a partir de análise de vídeos postados no *YouTube* relacionados a surdez, pandemia e educação, no período de março a novembro de 2020. Para a realização da análise, os vídeos foram categorizados em dois eixos: 1) Dificuldades em torno da surdez e 2) Tendências em torno da surdez apresentadas nos vídeos a partir da pandemia. Observou-se na análise de resultados que dos 24 vídeos analisados, a grande maioria apresentou como tema de discussão as dificuldades na acessibilidade linguística dos surdos, as quais já ocorriam antes da pandemia e se agravaram neste período. Além das dificuldades, alguns vídeos focaram-se nas tendências e novidades a partir da pandemia, as quais focaram-se na acessibilidade educacional e linguística de pessoas surdas.

Conclui-se que a maior dificuldade apresentada pelos surdos durante esse período foi a falta de acessibilidade linguística, especialmente, com relação ao uso mais efetivo das novas tecnologias. Novas pesquisas que discutam essas dificuldades e tendências são necessárias, a fim de que a acessibilidade das pessoas surdas possa ocorrer continuamente, levando em conta suas diferenças e possibilidades.

Palavras-chave: Surdez; educação; acessibilidade; youtube; COVID-19.

ABSTRACT

The COVID19 has caused urgently social distancing, which made the Internet become a space of possibilities for information and interaction. Therefore, this article has as purpose to analyze the video posts about deafness, education and the pandemic in terms of the difficulties faced and the trends that emerged in this area from this period on. The methodology used was qualitative and quantitative research based on the analysis of videos related to deafness, pandemic and education, from March to November 2020. For the analysis, the videos were categorized into two axes: 1) Difficulties around deafness and 2) Trends around deafness presented in the videos from the pandemic. On the 24 videos analyzed, it was observed that the vast majority presented as theme discussion linguistic accessibility difficulties of the deaf, which already occurred before the pandemic and got worse with its advent. Beyond the difficulties, some videos focused on trends and news from the pandemic, which dealt with educational and linguistic accessibility from deaf people. It can be concluded that the greatest difficulty presented by the deaf during this period was the lack of linguistic accessibility, especially regarding the more effective use of new technologies. New researches that discuss these difficulties and trends are needed, so that the accessibility of deaf people can occur continuously, considering their differences and possibilities.

Keywords: Deafness; education; accessibility; youtube; COVID-19.

RESUMEN

El COVID-19 provocó un distanciamiento social urgente, que hizo que Internet se convirtiera en un espacio de posibilidades de información e interacción. Así, este artículo tiene como objetivo analizar los videos publicados sobre la sordera, la educación y la pandemia, en relación a las dificultades enfrentadas y las tendencias que surgieron en esta área a partir de este período. La metodología utilizada fue cualitativa y cuantitativa basada en el análisis de videos relacionados con sordera, pandemia y educación, de marzo a noviembre de 2020. Para el análisis, los videos se categorizaron en dos ejes: 1) Dificultades en torno a la sordera y 2) Tendencias en torno a la sordera. sordera presentada en los videos de la pandemia. Se observó en el análisis de resultados que, de los 24 videos analizados, la gran mayoría presentó como tema de discusión las dificultades en la accesibilidad lingüística de los sordos, que ya ocurrieron antes de la pandemia y se agravaron durante este período. Además de las dificultades, algunos videos se centraron en las tendencias y noticias de la pandemia, que trataban sobre la accesibilidad educativa y lingüística de las personas sordas. Se concluye que la mayor dificultad que presentaron los sordos durante este período fue la falta de accesibilidad lingüística, especialmente en lo que respecta al uso

más efectivo de las nuevas tecnologías. Se necesitan nuevas investigaciones que discutan estas dificultades y tendencias, para que la accesibilidad de las personas sordas pueda darse de forma continua, teniendo en cuenta sus diferencias y posibilidades.

Palabras clave: Sordera; educación; accesibilidad; youtube; COVID-19.

Introdução

Esse estudo baseia-se no conceito de pessoas surdas delineado no Decreto 5626, artigo 2º, ou seja, pessoas surdas são aquelas que, por ter perda auditiva, compreendem e interagem com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) (BRASIL, 2005). Além disso, entende-se que a Libras é uma forma de comunicação e expressão, um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, que se constitui como um sistema de transmissão de ideias e fatos, oriundos das lutas de comunidades de pessoas surdas do Brasil, o que está de acordo com a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002).

A partir do reconhecimento da Libras, tem continuidade um movimento a favor das pessoas usuárias da Língua de sinais, as quais devem ter acessibilidade a todas as instâncias sociais. Entende-se, portanto, que a acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, de uso público ou privado. Tal conceito foi destacado na Lei nº:13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, no artigo 3º inciso I, a qual reconhece que a comunicação é uma forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Libras (BRASIL, 2015).

Concorda-se com Sassaki (2006) quando classifica o conceito de acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios, etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas, etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). Portanto, entende-se que a acessibilidade é uma qualidade que deveria beneficiar todas as pessoas que tenham ou não qualquer tipo de deficiência (SASSAKI, 2006).

Com relação à acessibilidade dos surdos na escola, essa é um desafio a ser enfrentado. Dados do Censo Escolar de 2016 registram que o Brasil possuía, na educação básica, 21.987 estudantes surdos e 32.121 com deficiência auditiva. No mesmo ano, o Exame Nacional do Ensino Médio (BRASIL, 2016) contou com a inscrição de 7.131 deficientes auditivos e 2.290 surdos. De acordo com dados do exame, juntos, eles representaram 0,1% do total de inscritos, sendo o recurso de tradutor-intérprete de Libras solicitado por 3.562 participantes e o de leitura labial por 1.624 (IBGE, 2010). É preciso esclarecer que sem o esforço conjunto entre a sociedade civil e os órgãos governamentais, a educação dos estudantes surdos não se efetiva, seja no ensino regular através do processo de inclusão ou na oferta de escolas bilíngues. Nessas últimas, a Língua de Sinais é compreendida como “L1”, ou seja, aquela que servirá de base para o entendimento contextual do estudante e “L2”, Língua Portuguesa na sua modalidade escrita, que será usada para registrar os conhecimentos anteriormente passados.

Cabe esclarecer que os surdos que estudam em escolas regulares tem o direito de um intérprete educacional, legitimado a partir da lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e pelo Decreto nº 5.626 supracitado. Esse profissional deve atuar como mediador entre professores e alunos, alunos e alunos, pais, funcionários e demais pessoas da comunidade escolar, além de eventos em caráter educacional, como: seminários, palestras, fóruns, debates *etc* (BRASIL, 2005).

Cabe aqui elucidar que a acessibilidade para pessoas com surdez agravou-se durante a pandemia do COVID-19, doença causada pelo coronavírus, a qual apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves (BRASIL, 2020b). O ano de 2020 foi marcado pela maior crise sanitária de ordem global, depois da gripe espanhola de 1918. Neste ano, foram tomadas medidas de higienização, como o uso de máscaras e distanciamento físico, além disso, muitas pesquisas foram desenvolvidas tanto para produção de vacinas que combatem o vírus, quanto para verificar as consequências do mesmo em torno de várias instâncias, desde as físicas, sociais, psicológicas até as econômicas.

A partir de tais medidas, as residências de grande parte da população mundial, tornaram-se espaço de trabalho, estudo e lazer, o que demandou das pessoas mudanças rápidas no ambiente até então doméstico, para adaptações expressivas, especialmente, no que concerne ao uso da tecnologia e das interações interpessoais. Segundo o IBGE, em 2020, 7,9 milhões de trabalhadores estavam em atividade remota (IBGE - PNAD, BRASIL,

2020), dentre esses destaca-se neste trabalho, a situação de alguns surdos com relação à acessibilidade, especialmente, no ambiente escolar.

Na atualidade, as crianças surdas que anteriormente tinham a ajuda de professores, intérpretes, instrutores surdos e recursos visuais, passaram a contar com o apoio de seus pais, na maioria ouvintes, para ajudar seus filhos no ensino remoto. Tal ensino considera que as atividades de aprendizagem ocorrem de forma não presencial, desde que justificadas no projeto pedagógico, conforme destacado pelo Conselho Nacional de Educação em 28 de abril de 2020 no parecer CNE/CP Nº: 5/2020 (BRASIL, 2020a). Esse documento orienta o papel fundamental das famílias enquanto “mediadores de ensino”, sobretudo ao que diz respeito às crianças da educação infantil, em processo de alfabetização e ensino fundamental, dada a tenra idade e o grau de dependência no uso de tecnologia, ensino remoto e execução de tarefas no sistema *on-line*. Destaca-se que em nenhum momento, o documento destitui o papel da escola e de seus profissionais, ao contrário, sugere que os profissionais da educação realizem roteiros práticos e estruturados de estudos que poderão ser mediados pelos responsáveis, e acrescenta: “as soluções propostas pelas redes não devem pressupor que os “mediadores familiares” substituam a atividade profissional do professor. As atividades não presenciais propostas devem delimitar o papel dos adultos que convivem com os alunos em casa e orientá-los a organizar uma rotina diária” (BRASIL, 2020a, p.11).

A partir do modelo de ensino remoto pode-se destacar que a internet foi em 2020 amplamente utilizada no espaço escolar e social, e as redes sociais passaram a ser usadas como principais veículos de manutenção e preservação de ensino, aprendizagem, emprego, comunicação e entretenimento. Ainda nesse contexto, destaca-se a plataforma *YouTube®*, imensamente difundida na rede de internet, considerada o maior conglomerado dada a sua capacidade de armazenamento, além disso, tal ferramenta agrega conteúdos direcionados às pessoas em diferentes idades no contexto da cibercultura e da comunicação (RODRIGUES, 2015). Por seu caráter viso - espacial, permite ampla expressão corporal, facial e de uso da Língua de sinais, de modo que pode ser considerado um meio de divulgação da cultura surda, na medida em que possibilita o registro e a circulação de discursos produzidos em Língua de sinais (FESTA *et al*, 2013).

Nessa plataforma, as pessoas surdas podem expressar suas demandas, angústias, queixas e expectativas para o futuro, e profissionais relacionados à surdez podem publicar discursos em torno de assuntos variados que envolvem a surdez e a educação. Em vista

do que foi discutido até o momento, o presente trabalho teve como objetivo analisar as postagens de vídeos em torno da surdez e educação, durante o período de pandemia relacionado à COVID-19, no que se refere às dificuldades enfrentadas e as tendências discutidas durante esse período na Plataforma do *YouTube*®.

Método

Pesquisa quanti-qualitativa, na qual foi utilizada a técnica da Análise do Conteúdo proposta por Bardin (2011). Esse autor explica que a análise quantitativa mede a frequência com que certas características surgem no conteúdo. Já a análise qualitativa serve para perceber a presença ou a ausência de determinada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem. Ziesemer (2017) aponta que a análise do conteúdo permite interpretações da realidade e dos comportamentos vivenciados pelos sujeitos em suas práticas sociais, a partir da qual o conteúdo analisado reflete as ações sociais globais.

A pesquisa foi realizada a partir da análise de vídeos postados na plataforma *YouTube*® acerca da surdez e da educação durante a pandemia do COVID-19 durante o ano de 2020. Os vídeos foram selecionados por meio de três critérios de inclusão: 1) vídeos em forma de *lives* relacionados com as palavras-chave: surdez, pandemia e educação; 2) vídeos “brasileiros”; 3) vídeos postados de março a novembro de 2020. O não enquadramento de um vídeo nesses critérios fez com que esse fosse excluído da pesquisa.

Inicialmente foram encontrados 52 vídeos, todos foram assistidos e 24 obedeceram aos critérios de inclusão pré estabelecidos. Esses 24 vídeos selecionados foram assistidos detalhadamente com vistas a codificar os dados. A análise do conteúdo foi organizada em três fases: Pré-análise (fase da organização dos 52 vídeos em 24, nesta fase foi feita uma caracterização geral dos vídeos quanto aos participantes, Estado onde foi produzido e língua utilizada e instituição promotora). Os resultados da caracterização da amostra serão apresentados no quadro 1. Na segunda fase, exploração do material, os vídeos foram assistidos e codificados em dois eixos temáticos principais: 1) Dificuldades em torno da surdez e 2) Tendências em torno da surdez a partir da pandemia decorrente da COVID-19). E por fim, na última fase, os dados foram tratados e interpretados.

Na terceira fase, para facilitar a análise do material coletado, os eixos foram divididos nas seguintes categorias (acessibilidade atitudinal, educacional, tecnológica, programática (apenas no eixo 1) e comunicacional ou linguística). As categorias, os sub-eixos gerados e

os recortes das temáticas apresentadas nos vídeos resultantes do eixo 1 serão apresentados no quadro 2. As categorias, os sub-eixos gerados e recortes das temáticas apresentadas nos vídeos resultantes do eixo 2 serão apresentados no quadro 3.

Resultados e Discussão

Quadro 1 – Caracterização geral dos vídeos em torno da pandemia, surdez e educação (n=24)

PARTICIPANTES	LÍNGUA UTILIZADA	ESTADO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Professores do Ensino fundamental: n=28	Uso exclusivo em Língua de Sinais: n=2	Rio Grande do Sul: n=3	Ensino Superior: n=10 Institucional*: n=7 Iniciativa pública n=7
Professores Ensino superior: n=15		Minas Gerais: n=1	
Profissionais intérpretes: n=40	Uso de Língua de Sinais e Língua Portuguesa: n=22	São Paulo: n=6	
Profissionais da saúde: n=3		Bahia: n=5	
Profissionais de outras áreas: n=6		Espírito Santo: n=2	
Famíliares de surdos: n=2		Paraná: n=4	
Pessoas com surdez: n=21		Piauí: n=1	
		Alagoas: n=1	
		Não informado: n=1	

Fonte: As autoras (2021).

Verificou-se na amostra de 24 vídeos uma diversidade de participantes, desde professores de surdos e ouvintes do ensino fundamental, pesquisadores da área da surdez do ensino superior, intérpretes de Língua de sinais, profissionais da área da saúde e de outras áreas, até familiares de surdos.

Quanto à instituição, onde os participantes estão vinculados, percebeu-se que 10 vídeos foram produzidos por professores do ensino superior das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Paraná - Campus Litoral, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Universidade Tecnológica do Paraná, Universidade Federal de São Carlos, UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Universidade Estadual de Londrina; Universidade Federal do Piauí; 7 vídeos foram produzidos pela iniciativa pública e vinculam-se a profissionais que trabalham em instituições dos governos estaduais; e 7 vídeos foram produzidos por outras instituições,

tais como, empresas prestadoras de serviços, núcleos de atendimentos de surdos e associações de surdos.

As línguas utilizadas em 22 vídeos foram a Língua Portuguesa na modalidade oral e a Língua de Sinais, a partir de intérpretes de Libras, os quais fizeram a tradução/interpretação tanto do Português oral para a Libras, quanto da Libras para a Língua Portuguesa. Em apenas 2 vídeos foi utilizada apenas a língua de sinais. Verificou-se também que as produções foram realizadas em vários estados brasileiros.

Os vídeos analisados apresentaram vários objetivos que vão desde a divulgação e venda de produtos, passando pelo cumprimento da legislação, até discussões acadêmicas. Como o foco deste trabalho recaiu sobre a pandemia, a surdez e a educação, esses serão os aspectos analisados nos dois eixos a seguir.

Quadro 2 – Eixo 1: Dificuldades na área da surdez mais evidentes durante a pandemia

CATEGORIAS	SUBEIXOS	RECORTES DE TEMÁTICAS APRESENTADAS NOS VÍDEOS
2.1 - Acessibilidade Atitudinal	2.1.1 - Falta de empatia	Culpabilização dos governos e da sociedade no não atendimento às pessoas surdas em suas especificidades linguísticas (vídeo 11)
2.2. - Acessibilidade Educacional	2.2.1 - Atendimento pedagógico	Dificuldade no ensino remoto para crianças pequenas surdas, devido ao pouco tempo de atenção e de contato com a língua-(vídeo 11) Falta de investimento na educação infantil e ensino fundamental 1 (vídeo 15)
2.3 - Acessibilidade Tecnológica	2.3.1 - Falta de acesso à tecnologia	Dificuldade no uso das tecnologias durante as aulas a distância (vídeo 2)
2.4 - Acessibilidade Programática	2.4.1. - Normas, leis e regimentos	Descompasso na oferta/demanda de formação profissional para o trabalho com surdos (vídeo 16)
2.5 - Acessibilidade Comunicacional / Linguística	2.5.1 - Intérprete	Escassez de profissionais intérpretes em espaços públicos e privados (vídeo 2) A ineficácia do intérprete de Libras nas séries iniciais e educação infantil, na qual a apropriação do estudante na Língua de sinais encontra-se em construção (vídeo 9) Ausência de intérpretes nas coletivas do Ministério da Saúde (vídeo 19) Somente a janela do intérprete e o uso da legenda não garante acessibilidade dialógica (vídeo 10)
	2.5.2 Direito linguístico	Falta de garantia do direito de acesso a uma língua (vídeo 10)

Fonte: As autoras (2021).

Quadro 3 – Eixo 2: Tendências na área da surdez a partir da pandemia

CATEGORIAS	SUBEIXOS	RECORTES DAS TEMÁTICAS APRESENTADAS NOS VÍDEOS
3.1 - Acessibilidade Atitudinal	3.1.1 - Empatia	Contribuições da psicologia no atendimento aos surdos (vídeos: 3, 13 e 24)
3.2 - Acessibilidade Educacional	3.2.1 - Atendimento pedagógico	Gravação e postagem e aulas pelo <i>google classroom</i> (vídeo 7) Aulas para surdos no Paraná, uso do <i>whatsapp</i> e do <i>google classroom</i> , participação dos intérpretes (vídeo 23)
3.3 - Acessibilidade Tecnológica	3.3.1 - Novas Ferramentas	Uso de tecnologias assistivas e das redes sociais como recurso de comunicação, entretenimento, trabalho e educação (vídeo 8) Lente surda (vídeo 20); #casaLibras (vídeo 20)
3.4 - Acessibilidade Comunicacional / Linguística	3.4.-1 - Vocabulário	Novo vocabulário (vídeo 18) Protocolos de orientação com acessibilidade linguística e visual na possível volta das atividades escolares presenciais (vídeo 18)

Fonte: As autoras (2021).

Com relação ao eixo 1, na categoria acessibilidade atitudinal, subeixo: falta de empatia, observou-se nos recortes de enunciados dos vídeos, algumas queixas em torno das dificuldades da pessoa surda no convívio em sociedade. No vídeo 6 intitulado “*Surdez e ensino remoto no contexto da pandemia da COVID-19: relatos de experiências surdas*”, produzido por profissionais vinculados à Universidade Federal da Bahia, percebeu-se uma denúncia acerca da negligência dos direitos da pessoa surda nos espaços da sociedade e da falta de respeito com a diversidade humana. Ainda com relação à falta de empatia, o vídeo 11 intitulado “*O surdo, educação e pandemia*” realizado pelo Setorial de Educação Municipal de São Paulo através do PT (Partido dos Trabalhadores), apresentou uma culpabilização dos governos e da sociedade pela falta de atendimento às pessoas surdas, que deveria considerar suas especificidades. Já o vídeo 13: “*Surdos na pandemia: desafios e perspectivas*” realizado pelo canal: A arte da resiliência, debateu acerca de dificuldades enfrentadas pelos surdos no seu dia a dia, como, por exemplo: ir ao banco, ao psicólogo, médico e acompanhar os veículos de comunicação.

É preciso destacar que nos três vídeos citados (6, 11 e 13), pessoas surdas, a partir de suas experiências, revelaram dificuldades atreladas a sua vida diária. Entende-se que as denúncias apresentadas corroboram com as lutas dos surdos, especialmente, no que diz respeito ao uso e circulação da Língua de Sinais e o propósito que reforça a participação dos surdos na política, em associações e demais movimentos sociais. Tais lutas estão atreladas a um movimento internacional de pessoas com deficiência que gerou o enunciado “Nada Sobre Nós Sem Nós” (BRASIL, 2014b), que representa mais uma

ação na qual os surdos e outras minorias com pouca representatividade social, mobilizaram-se em busca de igualdade, qualidade e equidade no atendimento de suas demandas.

Nesse mesmo eixo, alguns vídeos apresentaram questões que envolvem a acessibilidade educacional, especialmente, com relação ao atendimento pedagógico durante a educação infantil e o ensino fundamental. Esses vídeos, produzidos em diferentes regiões do Brasil, materializam a diversidade de vozes de profissionais da educação acerca de suas vivências nessa área, além disso, os educadores denunciam o efeito nocivo que a ausência de uma língua em comum nas escolas pode causar no desenvolvimento das crianças surdas. Um exemplo disso foi demonstrado no vídeo 9, produzido na Universidade Estadual do Centro-Oeste, intitulado: “*A educação de alunos surdos em tempos de pandemia: possibilidades de inclusão*”. A esse respeito, autores como Conceição e Martins (2019) afirmam que a maioria dos surdos matriculados em escolas comuns são filhos de pais ouvintes, os quais, em geral, não usam a Libras. Além disso, esses autores explicitam que o uso da Libras na escola, especialmente nas bilíngues, pode incentivar o interesse e o aprendizado dos pais, sobretudo os ouvintes, favorecendo a comunicação com seus filhos.

Tal fato denunciado nos vídeos vem sendo, arduamente, debatido nos últimos anos, como demonstram as pesquisas de Lacerda (2009) e Guarinello et al (2013). Esses autores apontam que 90 a 95% das crianças nascidas surdas são filhas de pais ouvintes, os quais, em sua maioria, desconhecem a surdez e suas consequências, de modo que a escola acaba sendo o principal espaço de aprendizado da Língua de Sinais por essas crianças. As mesmas autoras, afirmam que nessa realidade, pode-se dizer que uma das primeiras barreiras comunicacionais e linguísticas que os surdos enfrentam ocorre ainda no ambiente familiar, onde é comum encontrar pais que apresentam muitas dúvidas acerca da surdez e das dificuldades linguísticas às quais, geralmente, seus filhos surdos estão expostos.

No vídeo 9, foi feita também uma discussão em torno da necessidade da ampla divulgação da Libras e da presença do profissional intérprete nas escolas. É preciso esclarecer que tanto a Lei 10.436/2002 quanto o Decreto 5.626/2005 são legislações que favorecem a promoção da educação de surdos no Brasil, entretanto, a realidade aponta que a maioria das pessoas com surdez ainda não tem acesso a língua de sinais precocemente, de modo que muitos surdos, apesar de estarem matriculados no ensino

regular não têm acesso nem a língua brasileira de sinais e nem aos intérpretes dessa língua. Fernandes (2016), a esse respeito, explica que não basta apenas inserir o surdo em uma turma de ouvintes, é preciso que os educadores estudem o processo de inserção dos surdos nas escolas e, para que isso ocorra, essa temática deve fazer parte da formação dos profissionais, especialmente, o pedagogo bilíngue, capacitado para atender as especificidades do educando surdo, seus familiares e da comunidade escolar.

Outro aspecto discutido em vários vídeos (1,2,4,5,6,8,9,15,16,17,18,19, 20 e 24) é a oferta de educação bilíngue, cenário na qual o desenvolvimento da Libras deveria ocorrer a partir de um processo dialógico constante entre as crianças surdas e seus pares linguísticos. Essa modalidade de educação bilíngue de surdos foi alterada da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. O Art. 60 dessa Lei define a educação bilíngue de surdos, como uma modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. Na orientação aos responsáveis, a lei propõe que esses poderão continuar contando com a possibilidade de matrícula em escolas ou classes não bilíngues, se assim o desejarem (BRASIL, 2021).

Cabe esclarecer que da escola bilíngue devem fazer parte tanto professores surdos quanto ouvintes, ambos proficientes nas duas línguas. Além disso, Guarinello e Lacerda (2014) destacaram que o enfoque educacional bilíngue implica, especialmente, em mudanças atitudinais, não apenas com relação ao uso de duas línguas, mas também em atitudes positivas e respeitosas acerca da língua de sinais, da cultura e das identidades das minorias linguísticas.

A partir do exposto em alguns vídeos acerca da acessibilidade educacional, é possível afirmar que a trajetória escolar, de muitos estudantes surdos brasileiros, é prejudicada pela falta uma língua comum entre a família, a criança e a escola, o que demonstra um desrespeito linguístico ao que deveria ser garantido por lei para essa parcela da população. Destaca-se que o processo de acessibilidade das pessoas com surdez é garantido por lei, inclusive no Plano Nacional de Educação de 2014, que dispõe

como meta 4, a oferta de ensino para a população de quatro a 17 anos com deficiência, preferencialmente ofertado na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados e complementa no item 4.7, a garantia da oferta de educação bilíngue (BRASIL, 2014a).

Verificou-se também em alguns vídeos e em parte da literatura analisada (GUARINELLO; LACERDA, 2014) que, apesar da garantia por lei da educação bilíngue e da acessibilidade no ambiente escolar, a maioria dos surdos que concluiu os ensinos fundamental e médio, não é capaz de ler e escrever satisfatoriamente, e não apresenta um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos.

Ainda com relação à acessibilidade educacional, os vídeos 16: “*Os reflexos da pandemia no ensino e aprendizagem dos surdos*”, produzido pela Universidade Federal do Piauí, 17: “*Dificuldades encontradas pela pessoa surda em tempos de pandemia*”, produzido pela Universidade Federal da Bahia e 20: “*Roda de Conversa III - Educação bilíngue de surdos*”, produzido por #casaLibras, discutiram a angústia de alguns professores ao falar do processo de alfabetização de estudantes surdos, os quais chegam as escolas sem ter se apropriado de nenhuma língua. Ou seja, é comum que as crianças pequenas surdas cheguem à escola sem dominar uma língua, de modo que se utilizam de forma não proficiente da Língua Portuguesa, e sem nenhum contato com a Libras.

Estes vídeos denunciam que muitas escolas ainda não estão preparadas para o desenvolvimento linguístico das crianças surdas, e nem para a promoção de uma acessibilidade de qualidade para os surdos e seus familiares. Cabe enfatizar que nas aulas, especialmente, de crianças surdas pequenas, deveriam ser utilizados recursos que maximizassem a expressividade infantil, além de práticas de comunicação significativa e integradora, que aproveitassem a comunicação imagética e lúdica pertinente a esta fase escolar. Alguns autores indicam que o uso de material concreto, como imagens, jogos, associações de ideias, discriminação visual, práticas de leitura diversas, possibilita que a criança aprenda e vivencie formas de ser e de estar no mundo (OLIVEIRA, 2018; FONSECA e ARAÚJO, 2021).

No eixo 1, categoria acessibilidade tecnológica, subeixo: Falta de acesso à tecnologia, o vídeo 2, do Projeto Portas Abertas, em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberaba – MG, explicitou as dificuldades no uso das tecnologias nas aulas a distância, especialmente, pela falta de disponibilidade da simultaneidade entre a janela de

intérprete, da fala do professor e da projeção de slides. Com o advento da pandemia do COVID-19, o vídeo denunciou a falta de acessibilidade vivenciada pelos estudantes surdos antes da pandemia e que essa atravessou as fronteiras físicas da sala de aula e, adentrou-se no ciberespaço das aulas via web. Silva et al. (2020) também observaram essa dificuldade com estudantes surdos durante a pandemia e, explicitaram que o desafio dos professores de surdos foi superar o impacto da mudança repentina da modalidade de ensino e, em paralelo a isso, deparar-se com problemáticas referentes aos aspectos estruturais, tais como, falta de aparelhos eletrônicos e internet razoavelmente boa que possibilitasse a interação nas aulas remotas, além da falta de conhecimento, tanto dos professores quanto dos alunos, dos aplicativos e ferramentas de suporte educacionais.

A mazela desse cenário da realidade acadêmica de muitos estudantes com surdez durante a pandemia envolve um conjunto de fatores que incluem mudanças materiais e físicas, mas também mudanças socioculturais. De modo geral, um espaço urbano que vise atender melhor a essa parcela da população, necessita de mais disponibilidade de informações visuais, de incorporações tecnológicas, da ampliação da Libras e de intérpretes trabalhando nos diversos serviços de saúde, segurança, trabalho, transporte, lazer e comércio. Além disso, é preciso uma educação que favoreça o conhecimento da Libras pela população ouvinte e, como consequência, uma diminuição do preconceito (DIAS; DANTAS, 2020).

Com relação à acessibilidade programática no subeixo: normas, leis e regimentos, o vídeo 15, produzido pela Universidade Federal de São Carlos teve como tema: “*Educação bilíngue de surdos: desafios e possibilidades frente a pandemia do corona vírus - COVID 19*”. Os participantes do vídeo explicitam que, apesar do Decreto 5626 prever a formação de três profissionais: o intérprete educacional, o professor bilíngue e o professor de Libras, há um descompasso na oferta/demanda dessa formação profissional. Lacerda (2009), a esse respeito, observou que o decreto por si só não basta, pois é preciso que haja uma transformação efetiva das práticas com sujeitos com surdez. “A legislação pode induzir ações, mas elas só serão eficazes se de fato a condição linguística do surdo for compreendida e ações para a criação de uma efetiva escola bilíngue forem implementadas” (LACERDA, 2009, p 27).

Já na categoria acessibilidade comunicacional ou linguística do eixo 1, subeixo: Intérprete, o vídeo 2, também trouxe à tona a escassez de profissionais intérpretes, durante a pandemia e antes do período da quarentena, no atendimento aos estudantes e

a população surda nos espaços públicos e privados. Segundo a Lei nº:13.146, a acessibilidade refere-se à liberdade de expressão, comunicação, acesso à informação e compreensão, e complementa apresentando que a proibição de barreiras nas comunicações e na informação que dificultem a expressão ou o acesso a informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação deverão ser evitados (BRASIL, 2015). Desse modo, é preciso destacar que a presença do intérprete nos espaços públicos e privados, deveria ser direito do surdo para que pudesse se fazer entender, em todos os espaços de tessitura social.

Ainda na categoria acessibilidade comunicacional, no subeixo direito linguístico, os vídeos 9 e 19, já previamente descritos, explicitam a ineficácia do intérprete de Libras nas séries iniciais e na educação infantil, períodos nos quais o estudante surdo ainda se encontra em processo de apropriação da Língua de sinais. Além disso, no vídeo 19 é feita uma denúncia acerca da inexistência de intérpretes nas coletivas do Ministério da Saúde para explicar o número de mortos, de recuperados e o significado das bandeiras: laranja, vermelha e a gravidade da situação pandêmica para a população usuária da língua de sinais.

Nessa mesma categoria, no vídeo 10 “*Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas em tempo de pandemia*”, produzido pelo Núcleo de estudos em educação e diversidade - NEED), seus autores fazem um questionamento explicitando que a janela do intérprete e o uso da legenda não são garantias de acessibilidade dialógica, pois para que a mesma ocorra é preciso que a pessoa com surdez seja empoderada linguisticamente acerca dos assuntos abordados. Além disso, o vídeo denuncia que de nada adianta discutir a acessibilidade linguística e comunicacional, se não há garantia de acesso a uma língua.

A esse respeito, Figueredo (2009) afirma que a língua é como uma entidade sócio interativa que abrange a representação do patrimônio social, assim o grupo de surdos que se reconhece com a identidade e a cultura surda, representa mais uma parcela da sociedade que compõem a construção do multiculturalismo, também conhecido como pluralidade cultural. A pluralidade é uma das facetas da democracia, da consolidação das práticas sociais que se dá, pelo fortalecimento das culturas e pela trama das diversas formas de organização social de diferentes grupos (BRASIL, 1997; MAINIERI, 2011). Esta expressão representa a presença de muitas culturas vivendo num mesmo espaço geográfico, sem que uma predomine sobre as outras.

Na análise discursiva dos vídeos analisados pode-se observar que uma das principais dificuldades dos surdos, antes, durante e possivelmente após a pandemia, é a falta de acessibilidade linguística nos diferentes espaços da sociedade. Mesmo com a organização dos surdos no epicentro deste debate, percebe-se que o alcance efetivo do usufruto de seus direitos em equidade com as pessoas ouvintes é ainda muito limitado.

Acerca da falta de acessibilidade linguística e comunicacional é preciso compreender que quando um local não promove a transitabilidade linguística, significa que a falta de acessibilidade transcende o surdo em si, de modo que essa barreira comunicacional também atinge os seus familiares, amigos e colegas de trabalho que, por não saberem como interagir com as pessoas surdas, acabam também tendo o seu direito de comunicação amordaçados.

Tal fato pode ser observado também ao se comparar o número de visualizações dos vídeos. Assim, o vídeo com menos visualizações teve apenas 47 e o com mais visualizações 2.429. Percebeu-se na análise aqui exposta que no vídeo com maior número de visualizações houve uma preocupação com o alcance linguístico de todos, assim a *live* foi feita em Língua de sinais com tradução para a Língua portuguesa na modalidade oral, ao passo que o vídeo com menor número de visualizações foi apresentado somente em Língua de sinais, sem acessibilidade oral ou legenda para o público ouvinte. Tal feito tornou a *live* acessível apenas para o público usuário da Língua de sinais, o que parece ser contraditório, pois o cerne do conteúdo produzido e debatido, foi exatamente o direito à acessibilidade.

Verificou-se ainda no material analisado, que a ausência de uma língua, sobretudo pelas crianças surdas pequenas, faz com que muitas ainda não tenham acessibilidade linguística nem em casa e nem em outros espaços sociais. Essa falta de proficiência, em ambas as línguas, pode também ser o resultado das contradições entre os Ministérios da Saúde e da Educação. Assim, enquanto o Ministério da Saúde investe na avaliação, diagnóstico e reabilitação auditiva, a partir de cirurgias de implantes cocleares e da indicação de aparelhos auditivos em busca do desenvolvimento da oralidade da criança, o Ministério da Educação abre o debate para a educação bilíngue, escolas inclusivas e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), partindo do princípio da importância da língua de sinais para a educação dos surdos.

Claudio et al (2016), a esse respeito, relatam que o Ministério da Saúde parte de preceitos de uma visão clínico-terapêutica acerca da surdez, a qual tem por base a

perspectiva organicista que toma o surdo a partir de sua deficiência auditiva, enquanto o Ministério da Educação parece basear-se em uma visão sócio antropológica, que estuda a surdez com base nos fatores sociais, culturais, educacionais e linguísticos, com ênfase no uso da Língua de sinais e nas comunidades surdas (CLAUDIO, et al, 2016).

Ressalta-se aqui que, a realidade da maioria das crianças surdas é serem filhas de pais ouvintes falantes da Língua portuguesa oral. Os dois Ministérios e a sociedade deveriam estar em consonância com a possibilidade das crianças apropriarem-se de duas línguas o mais precocemente possível, dando autonomia linguística e educacional para as crianças e, como consequência, a seus familiares. Diante das orientações contraditórias entre os Ministérios da Saúde e da Educação, e do desconhecimento da maioria das famílias acerca da surdez e de suas consequências, segue-se no mesmo ciclo nocivo de ausência de uma língua.

No que diz respeito ao Eixo 2 - Tendências na área da surdez a partir da pandemia, na categoria acessibilidade atitudinal, subeixo empatia, os vídeos 3, 13 e 24 apresentam reflexões a respeito das contribuições da psicologia no atendimento aos surdos, aprofundando várias temáticas, como, por exemplo, *fake news*, mortes por COVID, tratamentos emocionais, escuta aos pais de pessoas surdas, isolamento social e linguístico. Observa-se este panorama nas *lives* citadas, as quais chamam atenção para o acolhimento, a escuta e a orientação não somente do sujeito surdo em si, mas de seus familiares. Assim, os vídeos demonstram ações que podem possibilitar a interação entre as pessoas surdas e seus familiares, mesmo com as medidas de distanciamento estabelecidas pelos órgãos públicos (MOTA, 2021). Tais ações já haviam sido expressas na Lei de acesso da informação nº: 12.527, que em seu artigo 4º, descreve que as informações são dados, processados ou não, que podem ser utilizados para a produção e transmissão de conhecimentos, contidos em qualquer meio, suporte ou formato, que devem ser acessíveis a toda população (BRASIL, 2011).

Ainda nesse mesmo eixo 2, categoria acessibilidade educacional, subeixo atendimento pedagógico, os vídeos 7 e 23 apresentaram debates acerca dessa temática. O vídeo 7, em homenagem ao dia dos surdos, com o tema: “*A educação de surdos em tempos de pandemia*”, produzido pela organização particular, denominada: Instituto SELI, situada no Estado de São Paulo que atende a educação de surdos nas modalidades de: colégio, cursos, capacitação, inclusão e Pós-Graduação. O vídeo apresenta um professor surdo sugerindo uma adaptação no ensino remoto oferecido através do *google classroom*

(sala de aula), e propondo a gravação e postagem das aulas pelo *classroom* para estudantes de ensino médio, os quais já possuem certa autonomia de estudo. O professor também sugere que a entrada da aula ao vivo seja um momento para que o estudante possa tirar dúvidas, tendo como base o material previamente enviado. Nesta nova tendência apresentada, o educador pode compreender a necessidade de apresentar o conteúdo previamente aos estudantes e o encontro virtual como um momento de oportunidade dialógica. Esse tipo de trabalho vai ao encontro do que propôs Freire (2003), que disse que o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente lido, interpretado, escrito e reescrito, e pressupõe que uma ação pedagógica deveria contemplar não somente o estudante, mas todas as esferas por onde esse transita, como a família, a escola e a sociedade.

Já no vídeo 23, uma *live* produzida pela Universidade Estadual de Londrina denominada: “*Café com Libras*”, foi apresentada a educação dos alunos surdos em tempos de pandemia, as aulas no sistema remoto, o uso do *whatsapp*, *google classroom*, gravações e postagens das aulas. Neste material, o destaque foi a realidade da educação à distância no Estado do Paraná, estado que possui um sistema educacional com 402 mil alunos e 41 mil professores cadastrados. O vídeo apresenta a tendência da educação do Estado a partir da pandemia, de modo que o ensino *on-line* passou a ser organizado na plataforma do *Google Classroom*, além disso, passou a usar um canal do YouTube, o aplicativo “Aula Paraná” e a transmissão em televisão aberta, através da RIC-Record (PARANÁ, 2020) para que assim as aulas se tornassem possíveis.

Nesse mesmo eixo, na categoria acessibilidade tecnológica, subeixo novas ferramentas de estudo, o vídeo 8 apresenta como tendência o uso de tecnologias assistivas e das redes sociais como recurso de comunicação, entretenimento, trabalho e educação. Outra tendência apresentada neste eixo, exposta no vídeo 20, anteriormente citado, descreve o projeto *#casaLibras* e a chamada lente surda, ou seja, uma edição de vídeo que favorece a interpretação da Libras, e também a lente ouvinte, que objetiva incrementar a sonoplastia de vídeos e assim tentar aproximar o público ouvinte da realidade surda, promovendo com isso a divulgação e circulação da Língua de sinais no meio virtual. No trabalho virtual, além da inserção das diferentes linguagens que a tecnologia é capaz de propiciar na prática escolar, o uso da tecnologia pode descentralizar o papel do educador, passando-se para uma prática colaborativa, em que o foco é a

construção do conhecimento e não do conteúdo, assim a interação exerce um papel central nas relações sociais.

A partir desses exemplos citados nos vídeos, pode-se inferir que a pandemia impulsionou o uso das novas tecnologias no espaço escolar que há muito tempo já se faziam necessárias, como as mensagens instantâneas, as chamadas de vídeos, entre outros recursos tecnológicos disponíveis na atualidade (SHIMAZAKI, et al, 2020). O uso de tais ferramentas já havia sido previsto na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que incentiva práticas pedagógicas modernas e tecnológicas em sintonia com uma educação inovadora do século XXI, e atribui na competência 4 a utilização de diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. Também na competência 5 está disposto que tecnologias digitais de informação e comunicação deveriam ser compreendidas de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para que seja possível a comunicação, o acesso e disseminação de informações, a produção do conhecimento e a resolução de problemas para que se possa exercer o protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL 2017, p. 11).

Com relação ao direito à informação, sobretudo nos tempos de pandemia, na categoria acessibilidade comunicacional ou linguística, subeixos: Vocabulário, o vídeo 18, apresenta a necessidade de organização lexical em Língua de sinais referentes à pandemia, incluindo biossegurança, EPIs e temas relacionados à área da saúde, bem como, a divulgação de protocolos de orientação com acessibilidade linguística e visual na possível volta das atividades escolares presenciais. A nova realidade imposta pelo COVID-19 fez com que a sociedade precisasse de um novo vocabulário linguístico em torno dessa temática, por exemplo: coronavírus, infectados, cepas, pandemia, quarentena, isolamento, imunização, e assim por diante.

A esse respeito, Alves (2007) e Maroneze e Alves (2010) explicam que a inserção de novas palavras na circulação de uma língua, demanda que os contextos histórico-sociais criem novas palavras ou ressignifiquem as existentes, dada a necessidade de nomeação de novos objetos, enredos e fatos, de modo que o surgimento de novos léxicos, reflete o propósito interligado entre a língua em si, a sociedade e a cultura que dela se serve.

Após a discussão realizada, cabe destacar que, ainda que as leis garantam o acesso dos surdos à escola, muitas dessas garantias acontecem somente no campo das ideias e não na realidade, conforme visualizado nos vídeos analisados. Desse modo, é preciso entender que apenas a garantia de acesso não promove a acessibilidade, equidade e permanência dos estudantes e cidadãos surdos na escola. Assim, foi possível perceber que muitas pessoas com surdez vivenciam a falta de acessibilidades nas mais variadas instâncias sociais, como, saúde e educação, meios jurídicos, mídia e veículos de comunicação, meios artísticos, culturais e de entretenimento. Destaca-se, portanto, que o acesso à sociedade é vital para a participação plena de cada sujeito, mas para que isso de fato ocorra é preciso compreender as pessoas com surdez nas suas singularidades e promover espaços para que ocorram diálogos em torno dessas temáticas em vista a se promover reais mudanças.

Considerações finais

A análise das postagens dos vídeos do *YouTube*®, em torno da surdez, da educação e da pandemia, demonstra que essa ferramenta pode tornar acessíveis muitas informações aos surdos e seus familiares, dado o uso de uma linguagem multissemiótica, a possibilidade de movimentos e capacidade de armazenamento de materiais nas mais variadas temáticas.

Pode-se concluir que algumas dificuldades, em especial, a falta de acessibilidade, nas diversas instâncias sociais, ainda são um grande obstáculo na vida em sociedade dos surdos. Percebeu-se, também, um descaso, especialmente, dos poderes governamentais, no cumprimento das leis voltadas a essa parcela da população, o que traz como consequência inúmeras desigualdades sociais, falta de empatia e ideias equivocadas acerca das pessoas com surdez, os quais parecem ter se agravado com a pandemia. A falta de acessibilidade, especialmente, linguística denunciada em alguns vídeos, demonstra que há ainda muito a ser feito para que os surdos possam participar da sociedade de modo mais justo e equivalente aos ouvintes.

As tendências na área da surdez durante a pandemia demonstram que as novas ferramentas tecnológicas, como o uso da *internet*, computadores, *smartphones*, plataformas, tutoriais, aplicativos, entre outros, já fazem parte da realidade dos surdos. Assim, sugere-se que mais estudos sejam realizados acerca dessas tendências, a fim de que a acessibilidade das pessoas surdas possa ocorrer continuamente e de fato, levando em conta suas diferenças e possibilidades.

Referências

ALVES, Ieda Maria; ISQUERDO, Aparecida Negri. (orgs.) **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia III**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, p. 23, Brasília, DF, 24 de abril de 2002. 1p.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, p. 28-29, Brasília, DF, 22 de dezembro de 2005. 2p.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, p. 2, Brasília, DF, 7 de julho de 2015. 1p.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, p.1, Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União (DOU), p. 1, Brasília, DF, 2014a.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Diário Oficial da União (DOU), p. 1, Brasília, DF, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2020a, 24p. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 30/05/2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 164p. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: 27/05/2021.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. #AoVivo: **Ministério da Saúde atualiza informações sobre o coronavírus**. 2020b (47min42seg). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=YwjSHei2fL4> . Acesso em: 11/06/2021.

BRASIL, **Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada: Novos comentários**; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), 2014b. Disponível em:
<https://www.uepb.edu.br/download/ebooks/Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20-%20Novos%20Coment%C3%A1rios.pdf> Acesso em: 21/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Sinopses estatísticas da educação superior** - Graduação. Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 04/06/2021.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf . Acesso em 22/10/2021.

CONCEIÇÃO Bianca Salles; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Discursos de pais de crianças surdas: Educação Infantil e a presença da Libras. **Educação**. Santa Maria; v. 44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/38319/pdf>. Acesso em 04 jun. 2021.

CLAUDIO, D. P.; GUARINELLO, A. C.; SCHELP, P. P. 2016. Tramas Dialógicas nos discursos sobre os surdos e a surdez. In: R. ROCHA; J. P. OLIVEIRA e M. R.dos REIS (org.). **Surdez, Educação Bilingue e Libras**: perspectivas atuais. Curitiba: CRV, p. 29-48.

DIAS, Patrícia dos Santos.; DANTAS, Eugênia Maria. A cidade contemporânea e os sujeitos surdos: o desafio de pensar a acessibilidade e a inclusão. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v.1, p. 1-15, dez. 2020. Disponível em <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/12/acessibilidade-inclusao.html>. Acesso em 04/06/2021.

FERNANDES, Carolina Carvalho Palomo. A importância da formação superior em pedagogia bilíngue para a educação de surdos. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, Curitiba, n. 5, p.144-158, dez. 2016.

FESTA, Priscila Soares Vidal; GUARINELLO, Ana Cristina; BERBERIAN, Ana Paula. Youtube e surdez: análise de discursos de surdos no ambiente virtual. **Disturb Comun**, São Paulo, p. 5-14, abr. 2013.

FIGUEREDO, Carla Janaina. A produção de materiais didáticos para o ensino de língua inglesa como LE no ciclo 2 a partir de uma abordagem intercultural. In: ANAIS DO SILEL, vol.1, n.1, Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 1-12.

FONSECA, Suelly Ferreira do Nascimento; ARAÚJO, Rummenigge Medeiros de. Aquisição de Libras na educação infantil. **Revista Faculdade FAMEN – REFFEN**. v.2, n.1, p.111-129, 2021. Disponível em: <https://www.editorafamen.com.br/revista/index.php/revistafamen/article/view/46/37> . acesso em 04/06/2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 27.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GUARINELLO, Ana Cristina; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Educação bilíngue e atuação fonoaudiológica. In: MARCHESAN, Irene Queiroz; SILVA, Hilton Justino da; TOMÉ, Marileda Cattelan. (Org). **Tratado das especialidades em fonoaudiologia**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014, p. 516-521.

<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X68357>

GUARINELLO, Ana Cristina; CLÁUDIO, Débora Pereira; FESTA, Priscila Soares Vidal; PACIORNIK, Roseli. Reflexões sobre as interações linguísticas entre familiares ouvintes - filhos surdos. **Tuiuti: Ciência e Cultura**. Curitiba, Paraná, n. 46, p. 151-168, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Resultado da amostra, IBGE, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php> Acesso em 28/05/2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 - Tabela - Deficiência auditiva**. Resultado da amostra, IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643>. Acesso em 18/04/2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras em atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental**. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

MAINIERI, Cláudia Mara Padilha. **Desenvolvimento e aprendizagem de alunos surdos: cognitivo, afetivo e social**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2011.

MARONEZE, Bruno; ALVES, Ieda Maria. Neologismos formados pelos sufixos -ção, -mento e -agem no português do Brasil. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO; Maria José Bocorny (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia IV**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010, p. 95-112.

MOTA, Igor dos Santos. Reflexões sobre tradução, acesso à informação e tempos pandêmicos. **Mosaico**, São José do Rio Preto, São Paulo, n. 1, p. 57-76, 2021.

OLIVEIRA, Priscila Martins de. **A importância da gestão pública municipal no processo de acessibilidade, inclusão e autonomia do sujeito surdo**. 2018. 22 p. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Pública). Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais. 2018. Disponível em: <http://dspace.nead.ufsj.edu.br/trabalhospublicos/handle/123456789/481> Acesso em: 19 out. 2021.

PARANÁ. Coronavírus: **Semana marcada por medidas de proteção social frente ao coronavírus**. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 09 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=106922&tit=>. Acesso em: 12/06/2021.

RODRIGUES, Nara Heloisa. **tecnologias virtuais e análise videográfica: o youtube® como recurso de pesquisa para compreensão sobre a imagem do idoso brasileiro** - Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, p.13. 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SHIMAZAKI, Elsa Midori; MENEGASSI, Renilson José; FELLINI, Dinéia Ghizzo Neto. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89462860077/89462860077.pdf>. Acesso em: 12/06/2021.

<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X68357>

SILVA, Maria Zilda Medeiros da; SOUZA, Jessica Mayara Santos Silva; LIMA, José Pessoa de; AUGUSTA, Maria da Conceição; SILVA, Walkiria Nascimento da. Desafios no ensino remoto para alunos surdos durante a pandemia: possíveis estratégias em dias de quarentena. In: **CONEDU, VII Congresso Nacional de Educação. Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos**. 2020, Maceió - Alagoas. Disponível em : <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68303>. Acesso em: 04/06/2021.

ZIESEMER, Nadini de Biagi Souza. **Representação social de velhice e de cuidado entre cuidadores ocupacionais de idosos**. 2017. 175 p. Tese (Doutorado em Distúrbios da Comunicação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná. 2017. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1220> Acesso em: 19 out. 2021.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)